



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas. UNIFAL-MG
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 . Alfenas/MG
CEP 37130-000
Fone: (35) 3299-1000 . Fax: (35) 3299-1063



Leitura: a busca de caminhos para uma sociedade brasileira mais civilizada por meio da ação escolar

Aline Juliana de Souza Lima¹
Celso Ferrarezi Junior²

Resumo: O presente artigo é uma abordagem bibliográfica sobre as dificuldades na implementação da leitura como prática civilizatória no Brasil. Abordamos autores como Carvalho e Ferrarezi (2017) e Meirelles (1984) na tentativa de compreender os principais problemas relacionados ao tema e de apontar algumas soluções viáveis para a implementação da prática de leitura desde os primeiros anos da Educação Básica. Concluímos que, a despeito de dificuldades estruturais e culturais, a leitura como ato cultural civilizador é possível desde que haja empenho social e político nessa direção.

Palavras-chaves: 1. Leitura no Brasil. 2. Educação Básica. 3. Civilidade. 4. Cidadania. 5. Sociedade.

Introdução

Em um país em que a leitura nas escolas e na família torna-se cada vez mais escassa e a educação para a formação cidadã do indivíduo está cada vez mais distante de nossa realidade escolar, se faz necessária uma investigação sobre os problemas da leitura no Brasil, apontando os fatores que contribuem para a ausência de uma prática cotidiana de leitura na maioria da população. Um estudo assim objetiva, também, apontar não soluções prontas, mas caminhos para uma educação voltada para o exercício da cidadania, um ensino voltado para a vida do aluno, um ensino que faça sentido e que possa construir uma sociedade mais civilizada, digna e justa, utilizando como meio principal a leitura para alcançar a maiores índices de civilidade. Para tanto, como objeto de pesquisa, me apoio no referencial teórico de autores ligados a Linguística Aplicada à Educação, à Literatura Infantil e às Políticas Educacionais como forma de investigar os problemas da leitura no quadro atual da educação no Brasil e como isso se reflete diretamente na formação do indivíduo como cidadão e,

1 Graduada em Letras. Membro do Grupo de Pesquisas Linguísticas Descritivas, Teóricas e Aplicadas – GPLin.

2 Orientador. Professor Titular Do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UNIFAL – MG. Líder do Grupo de Pesquisas Linguísticas Descritivas, Teóricas e Aplicadas – GPLin.

consequentemente na sociedade. Portanto, nosso quadro metodológico é de uma pesquisa bibliográfica qualitativa em que se comparem autores de diversas áreas e épocas em busca de algumas respostas para o problema da leitura no país.

Além disso, almejamos questionar e confrontar a teoria com a prática que conhecemos como docentes, na busca de novos caminhos para inserir uma leitura de qualidade no cotidiano escolar. Assim, este artigo também visa a fazer um apanhado histórico do ensino no Brasil, passando por suas modificações ao longo do tempo até os dias atuais, apontando as principais mudanças ocorridas e as influências que fizeram com que tenhamos hoje um ensino de leitura que não condiz com a sociedade que buscamos ser.

Pretendemos, a partir dessa reflexão histórica, mostrar alguns caminhos indicados por autores ligados à educação, os quais se pode seguir para tentar mudar as práticas mais comuns, hoje, em sala de aula no que diz respeito ao ensino de leitura, buscando assim, mudar, pelo menos um pouco, a realidade escolar dos alunos com o intuito de formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

1. Leitura: um tema antigo e atual

Os autores Celso Ferrarezi Jr. & Robson Santos de Carvalho em *De alunos a leitores: o ensino da leitura na educação básica*, de 2017, tratam dos problemas da leitura no Brasil, tendo como pontos principais a falta de bibliotecas na maioria das escolas brasileiras (o que dificulta ainda mais o acesso aos livros) e a precariedade geral das escolas associados a problemas estruturais da educação brasileira como currículos e políticas educacionais que não contemplam a leitura nas salas de aula, a má formação geral dos docentes e uma visão produtivista da formação das novas gerações. A isso deve se acrescentar a ausência do incentivo à leitura dentro das famílias, assim como as influências da internet e das tecnologias ligadas à ela, que possibilitam uma forma de letramento superficial, afastando os alunos ainda mais dos livros e das leituras mais profundas e complexas. Segundo esses autores, essa é uma das mais importantes causas da crise civilizatória hoje vivida no Brasil, uma vez que a leitura é o processo civilizador por excelência.

Já o clássico de Cecília Meireles *Problemas da literatura infantil* (usamos a edição de 1984), lançado originalmente em 1951, fruto de conferências realizadas na época para a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, foi e é, ainda hoje, referência quando se trata da Literatura Infantil e seus problemas. A autora faz um apanhado histórico do ensino de literatura infantil, citando obras e autores fundamentais, como se deve proceder na escolha dos livros destinados às crianças e qual deve ser o papel do adulto, seja o professor ou os pais,

no processo de aproximação das crianças com o mundo da leitura. Nessa obra de Meireles, se encontra uma das mais significativas informações sobre o desenvolvimento do gosto da leitura pelos alunos de séries iniciais e esta é a possibilidade de exposição constante das crianças a bom material de leitura. Hoje, as psicociências não apenas confirmam as intuições de Meireles como nos mostram que essa exposição da criança, desde a mais tenra infância, a bom material de leitura, é fundamental como fundamento de todo processo posterior de letramento. Infelizmente, no Brasil, poucas famílias atuam na direção de permitir essa exposição das crianças aos livros, embora haja um esforço nacional de dar aparelhos tecnológicos para as crianças, muitas vezes para uso descontrolado e sem qualquer orientação parental.

Para complementar a análise da obra de Cecília Meireles, utilizamos o artigo de Isis Cristina Ramanzini, *Cecília Meireles e os Problemas da literatura infantil: uma abordagem discursiva*, de 2012, que analisa a obra de Meireles pelo ponto de vista discursivo, em que fica claro que, no contexto histórico de sua época, Meireles foi uma das pioneiras não ouvidas pela Política Nacional na abordagem dos problemas da literatura infantil no Brasil, a partir de seus discursos produzidos como educadora, jornalista e militante dentro do cenário educacional entre anos 1930 e 1950. Infelizmente, se Meireles tivesse sido ouvida, ao invés de uma política prisional, teríamos tido uma política educacional que teria mudado os rumos do país até nossos dias, transformando a leitura infantil no principal meio civilizador da nação.

Como fonte de pesquisa sobre a legislação e política educacional brasileira, utilizamos o artigo de Simone de Fátima Flach, *Direito à educação e obrigatoriedade escolar no Brasil: entre a previsão legal e a realidade* (2011), que nos mostra a distância que existe entre a prescrição legislativa brasileira e a realidade implementada na nação. A legislação educacional, por exemplo, prescreve a formação integral do cidadão, mas sequer há bibliotecas que mereçam esse nome na maioria das escolas brasileiras, segundo os próprios dados do MEC.

Como se pode notar, o tema da leitura é tão antigo quanto atual no Brasil, tendo preocupado diversos autores desde o período pré 2ª Guerra Mundial, mas sem muita reverberação no ambiente decisório e social brasileiro.

2. Contexto histórico da educação e leitura no Brasil

No início do processo de escolarização do Brasil, o acesso às escolas era restrito às camadas mais altas da sociedade, com bases em instituições ligadas à Igreja, principalmente a Católica. Assim, apenas uma pequena parcela da sociedade brasileira tinha acesso à educação

e conseqüentemente à leitura. Muitos eram agregados a instituições educacionais para fins catequéticos, mas poucos tinham acesso aos estudos considerados “superiores”, como a linguagem, a filosofia e o acervo literário universal. Assim, o restante da população brasileira que tinha intenção em adquirir um conhecimento escolar mínimo, deveria fazer isso por conta própria.

Ao final do século XIX e início do século XX, as leituras de novelas e romances de folhetim publicados em jornais eram feitas em praças públicas para uma maioria analfabeta da população, que ouvia as histórias atenta para descobrir o que aconteceria a seguir nas tramas. Muitas dessas histórias, lidas em praças públicas, hoje formam o cânone literário brasileiro:

Houve um tempo no Brasil em que os livros estavam no lugar necessário e de direito, como meio não apenas de informação, mas de formação, mesmo que houvesse muitos analfabetos na nação – a grande maioria do povo da época, na verdade. Nesse tempo, as novelas literárias de folhetim – que acabaram se transformando em muitas das obras clássicas da literatura brasileira – eram lidas nas praças, salas e salões para uma plateia de analfabetos ávidos, que as “liam de ouvido” de forma muito civilizada, diga-se, ou publicadas em jornais de escassa periodicidade, com o sucesso dos filmes holywoodianos de hoje. Isso acabou construindo uma herança cultural da valorização da boa história, do bom texto, do bom livro, enfim. (FERRAREZI Jr. & CARVALHO, p. 54, 2017)

Em uma sociedade, na qual a maioria da população era de analfabetos, a literatura oral se fazia presente com tamanha força que as pessoas tinham como compromisso ir aos locais nos quais teriam a oportunidade de ouvir as histórias presentes nos livros ou jornais possuídos por poucos. Elas não sabiam ler, mas aprendiam e principalmente, compreendiam os sentidos daquelas histórias apenas ouvindo, atentamente e com prazer, cada capítulo que se seguia.

A tradição oral na cultura brasileira era bastante forte nessa época, com o folclore, as lendas indígenas e africanas e todo o conhecimento de histórias vindas do povo, que foram passadas de geração em geração, contadas pelos avós aos seus netos e assim por diante. A literatura clássica no Brasil, de forma escrita, ainda estava dando seus primeiros passos se comparada à tradição oral. No entanto, essa tradição oral e folclórica “*não bastava para considerar o povo brasileiro politicamente constituído*”... “*era necessária a construção da sociedade em bases racionais*”. (PÉCAULT, 1990, p. 14-15 *apud* RAMANZINI, p.16, 2012).

Mais adiante, nos anos de 1930, já na Era Vargas, o objetivo era: “sanear, educar e povoar” e temos o começo de uma revolução na educação brasileira, ou pelo menos foi o que se alegou fazer. Os intelectuais na base educacional com, por exemplo, o *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, por sua vez, pregavam a universalização da escola pública, laica e

gratuita como meio efetivo de combate às desigualdades sociais da nação. Grandes nomes do cenário educacional como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Cecília Meireles contribuíram fortemente nesse processo de abertura da educação à população.

Na primeira fase da Era Vargas, devemos destacar a escritora Cecília Meireles, que se torna bastante atuante no cenário educacional, contribuindo na busca de novos parâmetros para a educação infantil, considerando que na época a escola era vista como “*uma parceira da literatura no projeto de modernização da sociedade brasileira*” (RAMANZINI, 2012, p. 36) o que abriu mais espaço para seus ideais educacionais.

Nessa primeira fase da Escola Nova, a autora, que também era jornalista e educadora, usava de seu espaço na imprensa para militar a favor da Reforma Educacional, tentando esclarecer a opinião pública a respeito do poder transformador da educação dizendo sempre que “*a literatura não pode ser apenas um passatempo, mas sim uma nutrição*” (RAMANZINI, 2012, p. 62).

De acordo com a análise de Ramanzini (2012) podemos fazer uma breve quadro do contexto sócio-histórico e cultural e dos discursos que permeavam a área da educação no Brasil da época na qual Cecília elaborou suas ideias para o que viria a ser o seu livro sobre os problemas da literatura infantil mais adiante:

Getúlio Vargas Revolução 1930	Escola Nova – 1ª Fase 1932	Escola Nova – 2ª Fase 1937
Da agricultura para a indústria	Manifesto da Escola Nova: Universalização da escola pública, laica e gratuita (Anísio Teixeira e Fernando Azevedo)	“Técnicos” em escolarização
Manifesto à nação: “sanear, educar e povoar”	Intelectuais, homens públicos e educadores	Declínio da influência dos intelectuais nas políticas de educação
Crescimento industrial urbano	Literatura Infantil como fundamento principal na escola (idealização)	Acesso x permanência nas escolas: falta de mudanças nos conteúdos para atender os novos alunos (realidade)
Elite intelectual do país: “construção da sociedade em bases racionais”	-	-

Entre os anos de 1930 a 1937, Cecília Meireles foi uma das principais figuras do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, ao lado de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira,

seus idealizadores, que acreditavam que o problema principal da educação estava nas séries iniciais do ensino fundamental. Com o objetivo de melhorar a educação infantil, Meireles acreditava em uma “educação humanística” ou “humanismo infantil”, que unificasse todas as literaturas infantis do mundo “*na esperança de que, se as crianças se entendessem, talvez os homens não se hostilizassem*” (MEIRELES, 1984, p.16).

Cecília foi autora do projeto que abriu a primeira biblioteca infantil do Rio de Janeiro e do Brasil em 1934. Um espaço amplo, adequado às crianças que se tornou um centro cultural entre 1934 a 1937. Porém, com o aumento das tensões políticas da época, a biblioteca começou a passar por dificuldades, até ser fechada em 1937, com a alegação de que os livros teriam teor “comunista”.

Em meio a tantos conflitos da época, Cecília buscava organizar uma literatura infantil universalista a partir do seu posicionamento como educadora e jornalista crítica. Dessa forma, a iniciativa de abrir a primeira biblioteca infantil foi uma das maneiras que encontrou para incentivar a leitura e disseminar a cultura no país. No entanto, seu projeto durou pouco, infelizmente. Mais uma vez, a política no Brasil vai em direção contrária ao que é positivo e essencial na educação. Mas, a autora não desistiu. Continuou seu trabalho publicando matérias sobre a literatura infantil nos jornais “A Manhã” e “Diário de Notícias”, como uma forma de se posicionar a respeito do tema.

Cecília seguiu sua carreira como professora e escritora, jornalista e conferencista, escrevendo em 1951 a primeira edição do livro *Problemas da Literatura Infantil* a partir de três conferências ministradas em Belo Horizonte para a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais em 1949. Seu livro tornou-se referência na época e continua sendo até hoje, pois de acordo com Ramanzini (2012): “*a autora discute questões como: o conceito de livro infantil, a sua qualidade, o velho hábito de ouvir histórias, as obras significativas, a exploração da riqueza do mundo interior da criança, o papel do herói e a crise da literatura infantil*” (RAMANZINI, 2012, p. 63).

Em um de seus capítulos, Cecília escreve “*Mas os tempos mudam – que exemplo lhe devemos oferecer?*” Talvez, já prevendo que as modernidades do mundo pudessem tornar cada vez mais difícil aplicar as ideias presentes em seu livro:

*“Ah! Não batem mais as horas de hoje nos antigos relógios...
Que menino quer vencer as tentações para conseguir a sabedoria? Que
menina será capaz de amar as feras por piedade, e desencantá-las por
amor?”* (MEIRELES, 1984, p.140).

Como podemos perceber, essa passagem continua bem atual, já que está cada vez mais difícil encontrar meninos e meninas que estariam dispostos a se sacrificarem para ganhar a recompensa ao final de qualquer tarefa ou desafio que seja proposto. As facilidades do mundo moderno e a forma como criamos nossos filhos a partir das pressões de uma sociedade que exige cada vez mais de nós, nos deixando, na maioria das vezes, sem tempo para o que é realmente importante, torna cada vez mais difícil a tarefa de educar as crianças para uma leitura efetiva e profunda, não somente dos livros, como também da vida e da sociedade da qual elas fazem parte.

Cecília Meireles tinha um ideal de ensino de literatura infantil que na prática não foi - e não é ainda - realizado nem pelos pais e nem pelos professores, salvo raras exceções. Apesar da democratização do ensino público e aumento de pessoas alfabetizadas, vemos que os problemas da leitura no Brasil só aumentaram até os dias atuais. Enfim, no Brasil é claro que o processo de popularização da alfabetização (embora ainda tenhamos cerca de 13 milhões de analfabetos) não foi acompanhado por um processo mais amplo e sólido de letramento.

2.1. Democratização da educação pública: acesso x permanência

Com a democratização da educação e abertura das escolas públicas à população houve um choque de realidades: as escolas e professores acostumados a lidar com poucos alunos que já vinham de uma família letrada tiveram que passar a lidar com uma quantidade maior de alunos que vinham, por sua vez, de famílias sem histórico algum de letramento.

O ideal da “Escola Nova” era fantástico, mas, na prática, nem as escolas e nem os professores estavam de fato preparados para encarar a nova realidade educacional do Brasil. Segundo Flach (2011) as desigualdades sociais deveriam ser a base para se alterar a lei, pois é de acordo com o que precisa ser mudado que se começa a planejar a mudança, mas não foi isso o que ocorreu após o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova:

Em uma sociedade assentada na desigualdade, a proposição de uma educação conforme as “aptidões” ou “direito biológico” não nos parece realmente voltada para o direito à educação. Em uma sociedade de classes, a desigualdade é fundamental para a proposição de alternativas político-educacionais, pois a partir dela é que as propostas necessitam emergir, sob pena de ignorá-las e o discurso de igualdade não sair do plano das ideias, visto que a desigualdade existente ser determinante para o acesso ao saber sistematizado. As necessidades materiais dos indivíduos nessa sociedade são mais prementes do que as necessidades intelectuais. Essa questão não pode ser desconsiderada quando se tem a superação da desigualdade, seja social, econômica ou educacional, como meta.” (FLACH, p. 289, 2011)

Simplesmente, o país construiu mais escolas, nomeou mais professores, abriu as portas à população, mas continuou com os mesmos métodos, com a mesma mentalidade elitista e claro, não funcionou e não funciona até hoje.

Porém, mesmo não sendo o ideal que os “Pioneiros da Educação” haviam planejado, ainda assim, foi um grande salto para o início da democratização da educação no Brasil e aos poucos o país foi deixando de ser uma nação de maioria analfabeta, se considerarmos que ao final do XIX o índice de analfabetos era de 80% e já nos anos de 1950 passou para 50%. Atualmente, em 2019, temos a taxa de analfabetismo na média de 7%, segundo dados do IBGE.

Outro fato importante que impactou profundamente a educação no Brasil foi o período da Ditadura Militar (1964-1985) o qual sucateou as escolas públicas, que antes já não tinham uma estrutura adequada. Isso dificultou ainda mais as condições de trabalho dos professores, principalmente no que se refere a conteúdos considerados ideológicos. Na literatura, muitas obras foram censuradas e o pensamento crítico dos alunos não poderia ser trabalhado. Foi um período de grande perda para a educação brasileira. Por outro lado, muitos dos que foram alunos nessa época dizem que havia leitura nas escolas, mesmo com uma situação difícil, os professores ainda davam aulas de leitura. Essa façanha foi possível pois: *“A herança ideológica do valor do livro frequentou a escola brasileira até meados da década de 1980”* (FERRAREZI Jr. & CARVALHO, p. 54, 2017).

Havia livros disponíveis e mais ainda, havia bibliotecas nas quais os alunos poderiam passar horas lendo e sem precisar fazer atividade alguma sobre a leitura depois. Liam apenas pelo prazer de ler, para aprender com a própria leitura (cf. FERRAREZI & CARVALHO, p. 9, 2017). Apesar da repressão do governo da época, escolas e professores ainda tentavam cumprir o seu papel: o de formar cidadãos civilizados a partir da leitura, expandir seus horizontes e visão de mundo por meio de livros, contribuindo assim para uma sociedade um pouco melhor.

2.2. Lei Federal nº 9394/96 – Teoria vs. Prática

Nos dias atuais, vivemos em uma democracia na qual, pelo menos teoricamente, a constituição e as leis devem ser aplicadas e seguidas. A Lei 9394/96 (LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, idealizada em 1996 pelo então senador Darci Ribeiro) é que fundamenta e orienta os princípios da nossa educação. Porém, como é infelizmente comum no Brasil, muitas das coisas que estão na lei não são aplicadas, ou pelo menos, não da maneira como deveriam ser.

Isso dá espaço para que muitas escolas montem o seu Projeto Político Pedagógico sem nem ao menos consultar seus professores e muito menos a comunidade atendida. Além disso, a corrupção, o desvio de verbas, o assédio moral contra professores e servidores, o desrespeito à cognição das crianças ao montar projetos políticos pedagógicos totalmente inadequados à clientela atendida, reformas estruturais na escola que visam apenas a ganhar votos e em nada ajudam a melhorar a forma de ensinar, são apenas alguns dos problemas comuns no cenário educacional brasileiro e para os quais as soluções estão previstas em lei, porém não se implementam.

Apesar de o quadro ser preocupante, vemos que as escolas que realmente se empenham em atender a sua comunidade obtêm algum sucesso e conseguem, com muito esforço e colaboração da comunidade, mudar a realidade educacional, tornando-se exemplos a serem seguidos. Por exemplo, segundo uma palestra da professora Viviane Mosé disponível em meios digitais gratuitos, há escolas que usam o método de trabalho com projetos de pesquisa que tenham a ver com a realidade local, desde as séries iniciais do ensino fundamental até o ensino médio, em que o foco são os alunos e não o professor. Com isso, as crianças, quando bem orientadas, adquirem responsabilidade e autonomia nos estudos e consciência da sociedade da qual elas fazem parte. Esse é um dos passos para civilizar e formar cidadãos: direcionar crianças a serem autônomas e responsáveis em suas atividades, na escola e na vida.

Sabemos que é obrigação dos governos investir na educação de qualidade, legislar em prol da educação, cumprir e exigir que se cumpram essas leis. Porém, não podemos apenas ficar esperando que haja mudanças na política do Brasil. Como professores, comunidade e família temos que nos mobilizar para que mudanças ocorram em nossa sociedade. Nem que seja apenas em nosso bairro ou município.

3. Leitura: primeiro e principal caminho para civilidade

A leitura é o principal instrumento de transformação de uma sociedade. Devemos, aqui, compreender a leitura não apenas do ponto de vista de nossa sociedade letrada, mas do ponto de vista da existência de *Literatura* em todas as sociedades, quer letradas, quer de tradição oral. É por meio dela que acessamos as regras de nossa religião, que sabemos quais leis temos que seguir, que aprendemos o que devemos ou não fazer na vida em sociedade. Aprendemos o que é fazer parte de uma sociedade, seja por meio da leitura de grandes clássicos universais ou por meio de matérias em revistas, aprendemos desde qual remédio tomar até qual o ônibus pegar para chegar ao trabalho ou à escola. A civilidade e a dignidade

humana passam pela leitura por meio dos valores que ela agrega em nossa vida. Quanto mais lemos, mais alargamos a nossa visão de mundo, mais entendemos o que acontece à nossa volta, mais conhecemos a nós mesmos e assim conseguimos enxergar e conhecer o outro, reconhecendo no outro o ser complexo que ele é, assim como nós também somos. Como diria o filósofo grego Sócrates: “Conhece-te a ti mesmo!” para transformar a sua relação consigo e com outros.

Porém, infelizmente, hoje no Brasil, vivemos uma grande crise de civilidade. Não somos uma sociedade adequadamente civilizada. Quantas barbaridades vemos acontecer todos os dias, quanta corrupção, não só de nossos governantes mas as pequenas corrupções nossas de cada dia, quantos assaltos, homicídios, agressões contra mulheres e LGBT, estupro, racismo, preconceitos de todas as ordens. A lista parece infinita!

Como mudar? O caminho conhecido é de uma profunda mudança nas estruturas de nossa sociedade, começando pela educação e principalmente pelo incentivo à leitura. Não se quer afirmar que somente com leitura iremos resolver toda a crise de civilidade que aí está, mas estatísticas comprovam que países que investiram maciçamente em educação e na leitura como meio civilizatório, resultaram em uma ação efetiva de combate à corrupção tiveram seus índices de desenvolvimento humano (IDH) elevados, como no caso da Finlândia², que era um país de terceiro mundo e, após as reformas educacionais e de combate à corrupção, hoje possui todos os requisitos para ser considerado um país de primeiro mundo.

4. Habilidades e Competência leitoras

Carvalho e Ferrarezi Jr. (2017) assim descrevem esta questão:

A essência do trabalho com habilidades de leitura está em desenvolver nos alunos as capacidades de produzir sentidos a partir dos textos que eles leem. O (a) professor (a) deverá trabalhar todas as habilidades necessárias, mas de forma gradual e cumulativa. Diferentemente de um conteúdo escolar tradicionalmente trabalhado – que se ensina num bimestre e depois da prova ninguém sabe mais nada a seu respeito – as habilidades são continuamente exploradas em sala, durante a leitura dos mais variados materiais, de modo que o aluno vá se familiarizando com elas e consolidando-as, uma a uma, até o completo domínio de um vasto conjunto. (FERRAREZI & CARVALHO, p. 90, 2017)

2 Documentário Canal Futura: *Finlândia | Destino: Educação*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bj9ciijbMj8>. Acesso em: 30/06/2019.

Dessa forma, *habilidade* é a capacidade adquirida pelo indivíduo de se fazer algo. O conjunto dessas habilidades mobilizadas para uma ação é o que chamamos de *competência*.

Essas habilidades ou ações estão descritas nas matrizes de referência para cada ano escolar, e não devem ser usadas como conteúdos a serem ensinados e sim, como *referências de algumas habilidades envolvidas no processo de leitura*. Lembremos que elas são necessárias à compreensão dos sentidos dos textos, porém não correspondem ao processo de leitura em si, pois *a totalidade da compreensão deve ir além dos limites de uma matriz*.

Para que o leitor consiga compreender os sentidos de um texto é necessário que ele consiga (re)construir as partes desse texto a partir da mobilização das habilidades de leitura que permitirão que ele reaja ao texto provocando assim a interação leitor/texto. Algumas das habilidades de leitura que estão presentes nas matrizes de referência e que permitem essa compreensão dos sentidos são:

...selecionar informações, compreendendo a localização de informações explícitas, a hierarquização de informações principais e secundárias, a percepção da escolha vocabular/lexical etc.; ser capaz de perceber os efeitos de sentido decorridos das relações lógico-discursivas e de outras ordens no texto e de adicionar elementos e reconstruir o sentido do texto, por meio de inferências, tanto de palavras e expressões quanto do texto como um todo, entre outras ações. (FERRAREZI & CARVALHO, p. 92, 2017)

Para que a aquisição dessas habilidades ocorra é necessário inserir a criança desde cedo em ambientes de letramento, seja acompanhando os pais em suas atividades sociais cotidianas ou nos primeiros anos da educação infantil. Naturalmente, a criança vai adquirindo as habilidades de leitura e esse conhecimento empírico deve ser aproveitado pelo professor nas aulas.

O docente, além de tudo que já dissemos anteriormente, precisa saber selecionar bons textos e ler em sala de aula com seus alunos, trabalhando de forma natural com as habilidades de leitura de acordo com cada série, respeitando a cognição das crianças, dialogando com seus alunos sobre o texto lido, suas impressões, o que gostaram ou não, procurando sempre fazer com que os alunos por si mesmos encontrem o sentido no texto. É muito importante que a leitura não se transforme em um ato artificial, para responder questões que nada agregam à vida dos alunos, pois *“a leitura é algo que deve ser aprendido para a vida e não para a escola.”* (FERRAREZI & CARVALHO, 2017)

4. A escola: espaço da mudança

Um dos principais agentes de mudança no ambiente escolar, mesmo que pequena, mesmo que solitária e, muitas vezes, sem o apoio da própria escola, é o professor. Não queremos, assim, passar a ideia de que o professor é responsável por toda a mudança na educação nacional, mas focar sua importância crucial no processo. Mas, para isso é necessário uma mudança de pensamento por parte de grande parte dos professores brasileiros o que, evidentemente, só é possível por meio uma melhor formação profissional, o que insere as universidades nessa discussão.

Tomar consciência de que, em uma sociedade infelizmente tão corrupta, desigual e injusta, o principal agente de mudança na educação é o próprio professor não é algo fácil para alguém que foi acostumado a se enxergar como “vítima do sistema”. É difícil exigir de um professor dedicação quando seu trabalho e sua individualidade não são valorizados. O ideal em uma sociedade civilizada é de um professor valorizado socialmente, financeiramente e profissionalmente.

Diante disso, não podemos responsabilizá-lo por todos os problemas. É claro que somente os professores ou as escolas sozinhas não irão dar conta de resolver os problemas de todo um país. A escola não é a chave para “consertar” a sociedade, pois ela é a própria sociedade refletida em uma instituição. A escola não é um mundo mágico. Temos dentro dela realidades complexas, alunos com todos os tipos de problemas assim como os professores e servidores igualmente complexos e, muitas vezes, problemáticos, pois são pessoas que vivem no mundo real, na mesma sociedade, vivendo sob as mesmas pressões do mundo contemporâneo. Caímos muitas vezes no erro de pensar que professor e escola devem fazer milagres. E não deve.

Porém, é preciso ter consciência de que a escola, associada corretamente à família, é a chave para a implementação do ato de leitura como componente curricular civilizatório. E isso tem consequências mais abrangentes do que a maioria da população comum pode imaginar. Se o Brasil conseguir reestabelecer o *status quo* da escola e dos professores, o processo de transformação do aluno brasileiro atual em um cidadão leitor seria possibilitado a médio e longo prazos, e isso traria mudanças no ambiente social geral.

Assim, um professor deve e pode usar a sua sala de aula como espaço de mudança. Não há biblioteca na escola? Trabalhe-se no sentido de se montar uma biblioteca de classe, nem que seja um pequeno acervo que possibilite a existência de aulas de leitura em sua sala. As bibliotecas de classe são importantes por manter um material de leitura na sala para que os alunos fiquem no ócio, pois

...o ócio na escola não deve ser visto como um prêmio, mas como perda indesejada de tempo. Além disso, precisamos ter as aulas de leitura na sala e, outras vezes, precisamos de dicionários ou de outros livros para a execução de tarefas cotidianas.(...) Pequenas bibliotecas de classe ajudam muito no desenvolvimento das atividades dos professores e são um investimento de muito retorno educacional. Uma escola ainda sem condições de ter uma biblioteca ideal para todos os alunos pode começar, opcionalmente, pelo caminho das bibliotecas de classe, em que os alunos já podem ter contato com materiais interessantes e bem construtivos para a sua formação. (FERRAREZI & CARVALHO, p. 65, 2017)

Em escolas onde há o direito da biblioteca, lembre-se de que esse é um espaço a ser usado como tal por professores e pelos alunos:

Ensinar as crianças a ver na biblioteca um local privilegiado de aprendizado e fruição é função dos professores – que, por sua vez, também deveriam ser vistos frequentando a biblioteca. É inadmissível as escolas terem biblioteca e não permitirem que os alunos a frequentem ou impedirem os alunos de mexerem nos livros (“se não eles estragam”) ou, pior ainda, usar a biblioteca como um ambiente de castigo. Fez bagunça, desrespeitou as regras da escola? Vai perder o recreio e ficar na biblioteca! Isso não pode continuar assim! Nem as bibliotecas que existem nas escolas, mas são mantidas fechadas por falta de funcionários! Desculpem-nos os leitores, mas escolas desse tipo têm, no mínimo, péssimos gestores. (FERRAREZI & CARVALHO, p. 62, 2017)

Quanto mais variedades de livros à disposição dos alunos, melhor. É importante deixar com que o aluno escolha aquilo que deseja ler. Porém, a seleção dos livros por um certo grau de complexidade de acordo com a turma que se trabalha também é importante. Você não pode começar com um clássico de Machado de Assis complexo como Memórias Póstumas de Brás Cubas em uma turma de quinto ano e esperar que eles tenham um ótimo entendimento do que foi lido. O professor deve ter bom senso no momento de direcionar as leituras aos seus alunos. Não escolher por eles e sim, orientá-los. Para isso, é fundamental que o professor conheça as obras que indica aos seus alunos, ou seja, antes de ensinar leitura, é obrigatório que o professor também seja um leitor.

4.1. Outras ações que contribuem para o desenvolvimento da competência leitora

Uma das mais comuns reclamações de docentes sobre a leitura na escola é de que não há tempo para ela. A escola reunida com um objetivo de implementar a leitura como ato civilizatório pode fazer com que esse tempo exista! Diminuir as tarefas gramaticais inúteis à vida do aluno e incluir mais tempo de leitura nas aulas de linguagem é uma opção.

Conseguidos material, tempo e espaço para a leitura, o professor não deve utilizar a mesma leitura como pretexto para atividades avaliativas inúteis como resumos (os quais os alunos podem perfeitamente copiar da internet), fichas de leituras com perguntas superficiais sobre o texto e atividades gramaticais que nada têm a ver com o sentido da leitura que acabou de ser realizada. A intenção principal das aulas de leitura é o incentivo ao prazer de ler e o aprender lendo. É despertar nos alunos a vontade de ler, é fazer com que saibam dentro deles que ler é bom. É criar uma consciência leitora. Mostrar que por meio da leitura podemos aprender, viajar, se distrair, rir, chorar, se perder e se encontrar dentro de um livro, seja ele um romance, uma poesia, uma fábula, um quadrinho, seja de qual gênero for. O importante é dar a oportunidade aos alunos de conhecerem esse mundo tão rico que é o da leitura.

Em relação às demais atividades que envolvam a leitura, é importante dizer que o professor deve elaborar atividades que desenvolvam as habilidades e as competências leitoras dos alunos. Jamais se deve usar o texto como pretexto para atividades meramente gramaticais totalmente desvinculadas do sentido do texto. Usar “retalhos” de textos, apenas fragmentos é algo que também deve ser evitado, pois o sentido do texto fica comprometido, incompleto e como estamos falando aqui em se fazer um ensino que faça sentido na vida dos alunos, seria uma incoerência trabalhar com textos dessa forma.

Para que o professor possa elaborar as atividades relacionadas às suas aulas de leitura é necessário que ele saiba como o processamento textual ocorre. Na última parte do livro citado de FERRAREZI & CARVALHO, os autores apresentam um método de desenvolvimento da leitura, com atividades nas quais podemos trabalhar as habilidades e a competência leitora dos alunos, começando pelos níveis mais básicos de leitura que são: a leitura de superfície e a leitura inferencial. Dessa forma, as atividades de leitura devem abranger esses dois níveis, de forma gradual e cumulativa, de acordo com as séries em que se trabalha para que os alunos possam construir os sentidos dos textos:

O trabalho com a leitura na escola deve abranger desde atividades como a localização de informações explícitas em um texto, passando pela identificação do tema, até atividades inferenciais globais ou de sentido de palavras e expressões no contexto em que estão. Ou seja, a compreensão do texto se estende desde a capacidade de reproduzir ou parafrasear uma informação lida até a capacidade de produzir conclusões não presentes no texto, mas “permitidas” pela relação que se pode estabelecer entre o material textual e os conhecimentos do leitor. (FERRAREZI & CARVALHO, p. 101, 2017)

Assim, o processo da compreensão textual deve-se iniciar no nível superficial de localização de informações no texto até chegar ao nível inferencial, no qual o aluno já possui

as habilidades para elaborar suas próprias conclusões de acordo com o que o texto permite. Apenas em um último estágio pretendido, os alunos desenvolvem as habilidades da leitura interpretativa, completando a formação básica de sua competência leitora e estabelecendo, assim, os alicerces para seu letramento mais profundo e sólido ao longo de toda a vida.

Conclusão

Após esse breve panorama da educação brasileira e dos problemas da leitura em nosso país, concluímos que acreditar e esperar que haja mudanças nas políticas públicas em educação no Brasil seja um caminho um tanto ingênuo. Como já dito anteriormente, não podemos esperar que os professores e escolas sozinhos façam “milagres”, porém professores e escolas devem optar pelo “*caminho possível*” que é tentar realizar a mudança local, em sua sala de aula, em sua escola, na sua comunidade como forma de iniciar um processo mais amplo e profundo de mudanças. Ou seja: é a criação de uma sociedade bem letrada local que resulta na criação de uma sociedade letrada bem nacional e, disso, surge a possibilidade de mudanças profundas no processo civilizatório do país.

Tentamos mostrar algumas atitudes possíveis neste artigo, com teorias e métodos que foram aplicados na prática por autores que vivenciaram o ensino da leitura na educação básica. Buscamos mostrar que o método mais eficiente para melhorar a nossa crise de leitura, e conseqüentemente a crise de civilidade, é desenvolver o hábito de leitura nos alunos desde cedo, respeitando a capacidade cognitiva das crianças nas escolhas dos livros, dos textos a serem trabalhados, nas atividades a serem elaboradas, sempre de acordo com o nível de cada série, pois isso implica respeitar nossa dimensão humana estética, pois sabemos que nós, seres humanos, somos movidos por princípios de natureza estética e, na leitura, não é diferente.

Logo, o que se depreende do que analisamos é que devemos ensinar nossos alunos a ler pelo prazer que esse ato proporciona, considerando a leitura como um “*ato educativo autossuficiente*”. Sendo assim, é de extrema importância reforçar aqui que a formação do professor em relação ao ensino da leitura, para que ele possa compartilhar esse conhecimento em sua escola e comunidade, precisa ser urgentemente modificada e ampliada no Brasil.

Referências Bibliográficas

FERRAREZI Jr., C. & CARVALHO, Robson Santos de. De alunos a leitores: *o ensino da leitura na educação básica*. 1. ed. - São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2017.

FERRAREZI Jr., C. & JESUS, S. N. de. *Ler e gostar de ler: isso é coisa que se aprende*. Curitiba, PR: Editora CRV, 2016.

MEIRELES, C. *Problemas de literatura infantil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

RAMANZINI, Isis Cristina. *Cecília Meireles e os Problemas da literatura infantil: uma abordagem discursiva*. São Paulo : PUC – SP, 2012. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/13600/1/Isis%20Cristina%20Ramanzini.pdf>. Acesso: 30 de mar. 2017.

Referências de material da Internet:

Documentário Canal Futura: *Finlândia | Destino: Educação*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bj9cjjbMj8>. Acesso em: 30/06/2019.

KARNAL, Leandro. *Educando no Mundo Líquido*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jX4D8mqSp-M> – Território do Conhecimento. Publicado em: 15 de dez. 2016. Acesso: 01 de jul. 2019.

KARNAL, Leandro. *O Que Acontece Passa Por Mim*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K3sXwbf-VpM> – Reação em Cadeia. Publicado em: 27 de mai. 2017. Acesso: 30 de jun. 2019.

Matéria lida no Jornal Estadão. Disponível em: www.estadao.com.br/noticias/geral,jovens-trocam-livros-por-leitura-digital-imp,652713. Acesso em: 04 de jan. 2018.

MOSÉ, Viviane. *Educação contemporânea e os desafios da escola no Brasil*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jeahVHKvXyE> – Instituto CPFL. Publicado em: 10 de ago. 2018. Acesso: 30 de jun. 2019.

MOSÉ, Viviane. *Os desafios da educação brasileira em direção a uma educação viva e contemporânea*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r52E7w4GZGk>. Publicado em: 24 de jun. 2015. Acesso: 01 de jul. 2019.